

O aumento recente da população fora da força de trabalho

O desemprego voltou a subir em 2023, conforme abordamos neste espaço há quatro semanas (Informe Econômico nº 11/2023) e foi amplamente divulgado pela mídia. Porém, pouco tem se falado sobre um movimento que começou no segundo semestre do ano passado e está se intensificando a cada mês: a saída de pessoas do mercado de trabalho, as quais, por este motivo, não são contabilizadas na taxa de desemprego.

A população fora da força de trabalho é composta por pessoas com 14 anos ou mais que não estão ocupadas e nem procurando emprego (desocupadas). Conforme o gráfico abaixo, o número de pessoas nessa condição subiu muito durante a pandemia, saindo de 61,6 milhões no quarto trimestre de 2019 para 73,7 milhões no trimestre até julho de 2020. Vale destacar que as pessoas que trabalham no mercado informal, seja por conta-própria sem CNPJ, no setor privado sem carteira ou como domésticos sem carteira, não entram nessa conta, pois são considerados ocupados. As restrições sanitárias e os auxílios do governo – em especial o Auxílio Emergencial de R\$ 600 – ajudam a explicar esse movimento no início da pandemia. Com a reabertura da economia e a diminuição dos auxílios, aos poucos as pessoas foram voltando ao mercado de trabalho, a maioria delas conseguindo emprego. Inclusive, o número de ocupados atingiu o recorde histórico nos meses finais de 2022 (99,7 milhões de pessoas). Contudo, antes do número voltar ao mesmo nível pré-pandemia, a população fora da força de trabalho voltou a subir. O movimento começou em setembro de 2022.

Outra forma de olhar essa questão, até para considerar o aumento demográfico da população e evitar erros ao analisar apenas números absolutos, é através da taxa de participação, dada pela razão entre a força de trabalho (ocupados + desempregados procurando emprego) e o número de pessoas em idade ativa (14 anos ou mais). Conforme o gráfico abaixo, o movimento é semelhante ao da população fora da força de trabalho, mas com sinal invertido.

População fora da força de trabalho – Brasil

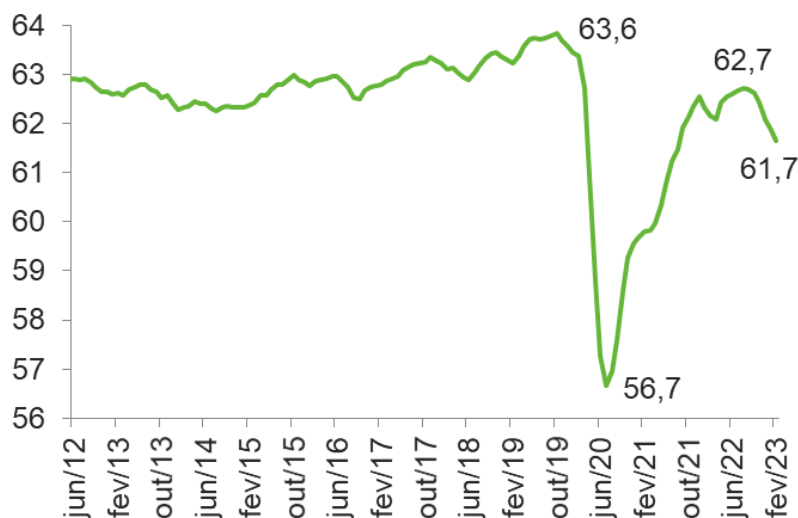
(Em milhões de pessoas)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Elaboração: UEE/FIERGS. OBS: Dados em trimestres móveis. No eixo horizontal está indicado o mês final do trimestre.

Taxa de participação da força de trabalho – Brasil

(Em %)



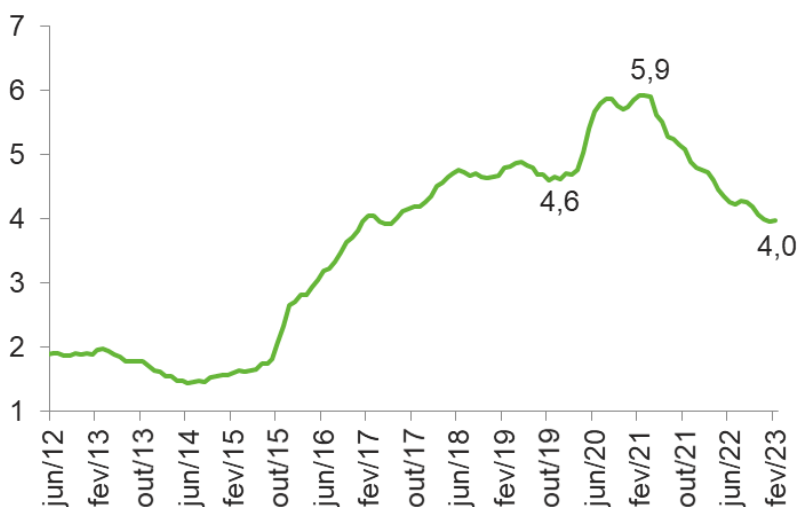
Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Elaboração: UEE/FIERGS. OBS: Dados em trimestres móveis. No eixo horizontal está indicado o mês final do trimestre.

Uma das hipóteses que naturalmente surgem é suspeitar que, em função das dificuldades de colocação, a população está desistindo de procurar emprego. As pessoas que se encaixam nessa condição são chamadas de desalentadas. Na definição técnica do IBGE, são pessoas que não realizaram busca efetiva por trabalho, mas gostariam de ter um emprego e estavam disponíveis para trabalhar, sendo que a justificativa para não procurar foi: 1) por não ter conseguido trabalho adequado; 2) não ter experiência profissional ou qualificação; 3) não haver trabalho na localidade

em que residia; ou 4) não conseguir trabalho por ser considerado muito jovem ou muito idoso. Contrariando a suspeita, o número de pessoas em desalento segue caindo desde o pico de 5,9 milhões atingido no primeiro trimestre de 2021, conforme o gráfico abaixo.

População desalentada – Brasil

(Em milhões de pessoas)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Elaboração: UEE/FIERGS.

OBS: Dados em trimestres móveis. No eixo horizontal está indicado o mês final do trimestre.

Portanto, o desalento não parece ser o motivo de as pessoas estarem deixando o mercado de trabalho, ou seja, há outros fatores atuando na escolha individual. O aumento nos valores e no número de beneficiários dos programas de assistência social – no ano passado com o Auxílio Brasil e neste ano com o novo Bolsa Família – são elementos que podem estar relacionados com essa constatação estatística.

Por fim, é interessante fazer uma estimativa da taxa de desemprego com o possível retorno das pessoas à força de trabalho. Considerando que a taxa de participação estivesse no mesmo patamar médio de 2019 (63,6%) e o número de ocupados se mantivesse no patamar atual (98,1 milhões), ou seja, todas as pessoas retornassem ao mercado na condição de desempregados (hipótese extrema, mas razoável de se pensar), o número de desempregados saltaria dos atuais 9,2 milhões para 12,6 milhões (+3,4 milhões), com a taxa de desemprego saindo de 8,6% para 11,4% (+2,8 pontos percentuais).

Recente apreciação do Real e a queda da nota de corte

A determinação do preço de um ativo financeiro é denominada de *valuation*. O termo, normalmente ligado a métodos de determinação do *preço justo* de ativos, é amplamente utilizado no mercado financeiro. Sendo o Dólar um ativo, é possível que se utilize métodos desse tipo para inferir resultados quanto ao comportamento da taxa de câmbio. Nesse informe trataremos disso.

Para verificar os determinantes da flutuação cambial, vamos utilizar um modelo de precificação baseado na ideia de que retornos de ativos podem ser previstos usando uma combinação linear

entre o seu retorno esperado – aqui a valorização esperada do câmbio – e variáveis que capturem o risco sistemático, o chamado *Arbitrage Pricing Theory* (APT).

A primeira variável de risco que utilizaremos será representada pelo risco global (DXY), a segunda é dada pelo diferencial de juros longos, a terceira é dada pelo risco do Brasil (CDS), a quarta representa o apetite por *commodities* e, por fim, o risco associado aos *emergentes*. Essas duas últimas foram quantificadas via variáveis *proxy*.

A justificativa para a utilização do DXY é devido a esse índice representar o Dólar contra uma cesta de moedas. Desse modo, pode-se intuir se o Dólar está mais forte ou mais fraco frente às principais divisas mundiais. A segunda visa capturar o custo de oportunidade: taxas de juros mais elevadas no Brasil tendem a apreciar o Real. A terceira busca quantificar o risco associado à economia brasileira. A quarta refere-se ao desempenho das *commodities*, montou-se esse índice por meio da média das divisas dos principais países exportadores desse tipo de mercadoria. A explicação para isso deve-se ao fato de que quando há maior demanda por *commodities* as taxas de câmbios de países exportadores, desse tipo de bem, tendem a se apreciar. Por fim, a quinta refere-se aos mercados emergentes, esses tendem a ter suas taxas apreciadas quando a economia global apresenta sinais de aquecimento e/ou quando há aumento pelo apetite ao risco dos investidores internacionais.

A taxa de câmbio iniciou o mês em R\$ 5,06/US\$. E, segundo o último fechamento (R\$ 4,94/US\$) houve uma valorização de 2,4% do Real frente ao Dólar. O resultado da análise aponta que, embora o diferencial de juros tenha caído, devido a melhores perspectivas da inflação externa, o que impulsionou a valorização do Real foi o maior apetite a risco dos investidores internacionais (as divisas dos emergentes apresentaram valorização) assim como o dos países exportadores de *commodities* (devido a melhores expectativas de crescimento, com taxas de juros esperadas mais baixas).

Portanto, o movimento recente da taxa de câmbio explica-se mais por fatores exógenos ao Brasil. Efetivamente, o Real tem se apreciado não por estarmos gabaritando a prova mas sim porque a nota de corte passou de B para C.

Taxa de câmbio nominal R\$/US\$

(Em R\$)



Fonte: SGST/BCB. Elaboração: UEE/FIERGS.

DADOS E PROJEÇÕES PARA A ECONOMIA BRASILEIRA

Produto Interno Bruto¹

	2019	2020	2021	2022	2023*
Agropecuária	0,4	4,2	0,3	-1,7	3,0
Indústria	-0,7	-3,0	4,8	1,6	1,0
Serviços	1,5	-3,7	5,2	4,2	0,8
TOTAL	1,2	-3,3	5,0	2,9	1,0

¹O PIB Total é projetado a preços de mercado; os PIBs Setoriais são projetados a valor adicionado. *Projeção UEE/FIERGS

Produto Interno Bruto Real (Em trilhões correntes)

	2019	2020	2021	2022	2023*
Em R\$	7,389	7,610	8,899	9,915	10,576
Em US\$ ²	1,873	1,476	1,649	1,920	2,015

²Taxa de câmbio média anual utilizada para o cálculo e IPCA utilizado como inflação. *Projeção UEE/FIERGS

Inflação (% a.a.)

	2019	2020	2021	2022	2023*
IGP-M	7,3	23,1	17,8	5,5	4,7
INPC	4,5	5,4	10,2	5,9	5,7
IPCA	4,3	4,5	10,1	5,8	5,6

*Projeção UEE/FIERGS

Produção Física Industrial (% a.a.)

	2019	2020	2021	2022	2023*
Extrativa Mineral	-9,7	-3,4	1,0	-3,2	-0,1
Transformação	0,2	-4,6	4,3	-0,4	1,2

	2019	2020	2021	2022	2023*
Indústria Total ³	-1,1	-4,5	3,9	-0,7	1,1

³Não considera a Construção Civil e o SIUP. *Projeção UEE/FIERGS

Empregos Gerados – Mercado Formal (Mil vínculos)

	2019	2020	2021	2022	2023*
Agropecuária	13	37	146	65	15
Indústria	97	149	722	446	129
Indústria de Transformação	13	48	440	217	63
Construção	71	97	245	194	58
Extrativa e SIUP ⁴	13	3	37	35	8
Serviços	534	-378	1.909	1.527	406
TOTAL	644	-193	2.777	2.038	550

⁴SIUP = Serviços Industriais de Utilidade Pública. *Projeção UEE/FIERGS

Taxa de desemprego (%)

	2019	2020	2021	2022	2023*
Fim do ano	11,1	14,2	11,1	7,9	8,5
Média do ano	12,0	13,8	13,2	9,3	8,8

*Projeção UEE/FIERGS

Setor Externo (US\$ bilhões)

	2019	2020	2021	2022	2023*
Exportações	221,1	209,2	280,8	334,5	276,0
Importações	185,9	158,8	219,4	272,7	220,0
Balança Comercial	35,2	50,4	61,4	61,8	56,0

*Projeção UEE/FIERGS

Moeda e Juros

	2019	2020	2021	2022	2023*
Meta da taxa Selic – Fim do ano (% a.a.)	4,50	2,00	9,25	13,75	13,75
Taxa de Câmbio – Desvalorização (%) ⁵	4,0	28,9	7,4	-6,5	2,5
Taxa de Câmbio – Final do período (R\$/US\$)	4,03	5,20	5,58	5,22	5,35

⁵Variação em relação ao final do período anterior. *Projeção UEE/FIERGS

Setor Público (% do PIB)

	2019	2020	2021	2022	2023*
Resultado Primário	-0,8	-9,4	0,8	1,3	-1,4
Juros Nominais	-5,0	-4,2	-5,2	-6,0	-6,6
Resultado Nominal	-5,8	-13,6	-4,4	-4,7	-8,0
Dívida Líquida do Setor Público	54,7	62,5	57,3	57,5	61,0
Dívida Bruta do Governo Geral	74,4	88,6	80,3	73,5	79,9

*Projeção UEE/FIERGS

DADOS E PROJEÇÕES PARA A ECONOMIA GAÚCHA

Produto Interno Bruto Real (% a.a.)⁶

	2019	2020	2021	2022	2023*
Agropecuária	3,0	-29,5	60,2	-45,6	38,7
Indústria	0,2	-6,1	11,2	2,2	1,2
Serviços	0,8	-5,0	4,1	3,7	1,5
TOTAL	1,1	-7,2	10,6	-5,1	5,0

⁶O PIB Total é projetado a preços de mercado; os PIBs Setoriais são projetados a valor adicionado. *Projeção UEE/FIERGS

Produto Interno Bruto Real (Em bilhões correntes)

	2019	2020	2021	2022	2023*
Em R\$	482,464	470,942	584,602	594,968	659,929
Em US\$2	122,282	91,317	108,362	115,195	125,299

*Projeção UEE/FIERGS

Empregos Gerados – Mercado Formal (Mil vínculos)

	2019	2020	2021	2022	2023*
Agropecuária	0	1	4	4	1
Indústria	-6	0	48	29	12
Indústria de Transformação	-2	0	43	22	10
Construção	-4	0	5	7	3
Extrativa e SIUP ⁷	0	0	-1	1	0
Serviços	26	-43	90	68	24
TOTAL	20	-43	141	101	38

⁷SIUP = Serviços Industriais de Utilidade Pública. *Projeção UEE/FIERGS

Taxa de desemprego (%)

	2019	2020	2021	2022	2023*
Fim do ano	7,3	8,6	8,1	4,6	6,0
Média do ano	8,1	9,3	8,7	6,1	6,2

*Projeção UEE/FIERGS

Setor Externo (US\$ bilhões)

	2019	2020	2021	2022	2023*
Exportações	17,3	14,1	21,1	22,4	18,7
Industriais	12,5	10,4	14,1	17,2	16,1
Importações	10,3	7,6	11,7	16,0	13,5

	2019	2020	2021	2022	2023*
Balança Comercial	6,9	6,5	9,4	6,4	5,2

*Projeção UEE/FIERGS

Arrecadação de ICMS (R\$ bilhões)

	2019	2020	2021	2022	2023*
Arrecadação de ICMS (R\$ bilhões)	35,7	36,2	45,7	43,3	45,0

*Projeção UEE/FIERGS

Indicadores Industriais (% a.a.)

	2019	2020	2021	2022	2023*
Faturamento real	3,0	-3,1	8,9	6,1	3,4
Compras industriais	-2,7	-5,5	31,2	2,7	2,1
Utilização da capacidade instalada (em p.p.)	0,7	-4,5	5,6	-1,1	0,7
Massa salarial real	-0,8	-9,0	5,3	10,8	3,3
Emprego	0,0	-1,9	6,7	5,9	1,6
Horas trabalhadas na produção	-0,9	-5,5	15,2	8,3	2,5
Índice de Desempenho Industrial - IDI/RS	0,1	-4,7	12,9	4,7	2,1

*Projeção UEE/FIERGS

Produção Física Industrial (% a.a.)

	2019	2020	2021	2022	2023*
Produção Física Industrial ⁸ (% a.a.)	2,5	-5,5	9,0	1,1	1,4

⁸Não considera a Construção Civil e o SIUP. *Projeção UEE/FIERGS

Informações sobre as atualizações das projeções:

Economia Brasileira: Não houve alterações

Economia Gaúcha: Não houve alterações.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista desta Federação. É permitida a reprodução deste texto e dos dados contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Observatório da Indústria do Rio Grande do Sul

Unidade de Estudos Econômicos | economia@fiergs.org.br